

**Revogada pela Resolução nº.8, de 08 de outubro de 2020**

**~~RESOLUÇÃO Nº 19, de 23 de fevereiro de 1987.~~**

~~O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, unanimidade de seus membros, reunidos em sexagésima nona (69ª) reunião ordinária, realizada na Sala nº 302 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, e,~~

~~CONSIDERANDO o elevado número de procedimentos decorrentes de denúncias de sentenciados sobre fatos ocorridos em estabelecimentos penais;~~

~~CONSIDERANDO, também, que as suas reuniões ordinárias realizam-se, apenas, mensalmente (cf.art. 5º do Regimento Interno);~~

~~CONSIDERANDO, ainda, que o cumprimento do disposto nos artigos 15 e seguintes do aludido Regimento Interno implica a morosidade da respectiva tramitação procedimental;~~

~~CONSIDERANDO, outrossim, a imperiosidade de agilização dos procedimentos alusivos às mencionadas comunicações; e~~

~~CONSIDERANDO, finalmente, a conveniência de tornar mais efetiva e racional da execução da pena e da medida de segurança;~~

**RESOLVE:**

~~Artigo 1º — São delegadas ao Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária as atribuições relativas à representação “ao juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal”, prevista nos artigos 64, inciso IX, da Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e 1º, inciso IX, do Regimento Interno.~~

~~Artigo 2º — Recebida a comunicação, registrada, e formados os respectivos autos, serão eles imediatamente conclusos ao Presidente, para deliberação, incumbindo-lhe determinar, se for o caso, a expedição de ofício, anexada cópia daquela, ao juízo da execução da pena do denunciante, ao Procurador Geral da Justiça do Estado em que esta esteja sendo cumprida e, quando entendido necessário ou conveniente, ao órgão estadual da Defensoria Pública.~~

~~Artigo 3º — Complementada a sindicância ou o procedimento administrativo instaurado, cuja conclusão deverá ser noticiada de imediato ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, proceder-se-á na forma do disposto nos artigos 15 e seguintes do Regimento Interno.~~

~~Artigo 4º - O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária poderá, também, celebrar convênios, acordos ou protocolos com o Ministério Público das unidades federativas, ou com a Confederação Nacional das Associações do Ministério Público, para atender aos objetivos da presente resolução.~~

~~Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

**FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO**

~~Presidente - CNPCP~~

~~Publicada no DOU de 26/02/87.~~